



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**WALBER TIAGO DE MORAIS MARTINS**

**EMBATES E RESISTÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O ENSINO  
MÉDIO EM DISCUSSÃO**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2018**

**WALBER TIAGO DE MORAIS MARTINS**

**EMBATES E RESISTÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O ENSINO  
MÉDIO EM DISCUSSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, de natureza Monografia, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação Física Escolar

**Área de concentração:** Estudos socioculturais na Educação Física Escolar.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino.

**CAMPINA GRANDE - PB  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M379e Martins, Walber Tiago de Moraes.  
Embates e resistências na educação brasileira [manuscrito]  
: o ensino médio em discussão / Walber Tiago de Moraes  
Martins. - 2018.  
33 p.  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências  
Biológicas e da Saúde, 2018.  
"Orientação : Profa. Dra. Dóris Nóbrega de Andrade  
Laurentino, Curso de Especialização em Educação Física  
Escolar."  
1. Educação - Brasil. 2. Lei de diretrizes e bases da  
educação nacional - LDBEN. 3. Ensino médio. I. Título  
21. ed. CDD 372





**WALBER TIAGO DE MORAIS MARTINS**

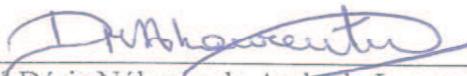
**EMBATES E RESISTÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O ENSINO MÉDIO EM DISCUSSÃO**

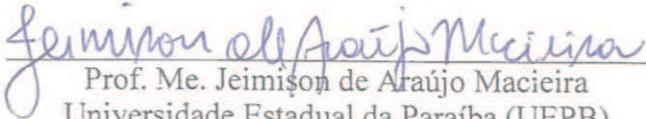
Trabalho de Conclusão de Curso, de natureza Monografia, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação Física Escolar

**Área de concentração:** Estudos socioculturais na Educação Física Escolar.

Aprovado em: 04/10/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Profª Drª Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Jeimiçon de Araújo Macieira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Drª. Maria Goretti da Cunha Lisboa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, pela sua presença ao meu lado, dando-me força.

A minha companheira de todos os dias, Valeska, pessoa que amo e partilho a vida. Obrigado pelo carinho, paciência e por sua capacidade de me trazer paz.

Aos meus irmãos de sangue Jenny Quezia e Ayrton Matheus.

A Professora Dóris Nóbrega, que ao longo desta jornada mostrou-se como sendo uma pessoa de enorme capacidade, em termos de orientação, paciência e percepção sobre o rumo desejado do estudo.

Ao Professor Jeimison pelas leituras sugeridas ao longo da graduação, da pós-graduação e pela incrível dedicação e empenho.

A Professora Goretti pelas incríveis e necessárias observações frente ao trabalho proposto.

Aos professores do Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, que contribuíram ao longo da formação por meio das disciplinas e debates.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, onde sempre se mostraram abertos aos debates/discussões.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as reformulações direcionadas ao ensino médio no tocante às categorias conceituais: cidadania e trabalho. Todavia, entende-se que, olhar para os fatos históricos torna-se indispensável para as análises das orientações que nortearam a reforma do ensino médio. Pretende-se contextualizar tal discussão, a partir de um enfoque histórico e documental, com recortes nos principais momentos da educação nacional. Sendo assim, o estudo justifica-se pela busca do entendimento histórico, relacionado às propostas educacionais, principalmente as atuais. Diante desta perspectiva, o presente estudo de forma específica pretende: 1) Identificar e mapear propostas educacionais, a partir dos recortes históricos; 2) Compreender transformações ocorridas na trajetória pesquisada, em relação ao perfil de cidadão proposto; 3) Identificar e analisar, frente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as categorias conceituais: cidadania e trabalho, no que se referem ao ensino médio, com isso, compreender qual concepção de cidadão está se pensando. Utilizar-se-á como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, documental de cunho qualitativo, com base em recortes historiográficos, sendo os resultados analisados, pautados na Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Conclui-se que, diante de um atual cenário de transformações em vários setores da sociedade, é necessário compreender o que se tem de mais valioso e ao mesmo tempo, ampliar a percepção sobre o ideário, influências, relevância e finalidades de ser humano e sociedade que se construiu e se constrói a partir do processo educacional. Diante desse contexto, viu-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), passou e passa por um processo de desconstrução de sua concepção inicial, em relação as categorias cidadania e trabalho.

**Palavras-Chave:** Educação Brasileira. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Ensino médio.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand the reformulations directed to high school in the conceptual categories: citizenship and work. However, it is understood that looking at the historical facts becomes indispensable for the analysis of the orientations that guided the reform of secondary education. It is intended to contextualize such a discussion, based on a historical and documentary approach, with cuts in the main moments of national education. Therefore, the study is justified by the search for historical understanding, related to educational proposals, especially current ones. From this perspective, the present study specifically aims to: 1) Identify and map educational proposals, based on historical cuts; 2) Understand transformations occurring in the researched trajectory, in relation to the proposed citizen profile; 3) Identify and analyze, in front of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN), the conceptual categories: citizenship and work, in what refers to secondary education, with this, to understand which conception of citizen is thought. As a methodological procedure, the bibliographic research, qualitative documentary, based on historiographical cut-outs, will be used as methodological procedure, and the results analyzed will be based on Bardin's Content Analysis (2011). It is concluded that, faced with a current scenario of transformations in various sectors of society, it is necessary to understand what is most valuable and at the same time, to increase the perception about the ideals, influences, relevance and purposes of being human and society which was built and built from the educational process. Given this context, it was seen that the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN) passed and goes through a process of deconstruction of its initial conception, in relation to the categories of citizenship and work.

**Keywords:** Brazilian Education. Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN). High school.

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2</b> | <b>CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....</b>  | <b>10</b> |
| <b>3</b> | <b>CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB UM ENFOQUE HISTÓRICO, UMA AÇÃO NECESSARIA.....</b>   | <b>12</b> |
| 3.1      | <i>A Educação Jesuítica.....</i>  | 14        |
| 3.2      | <i>A família real e processo educacional.....</i>   | 16        |
| 3.3      | <i>Educação na revolução de 1930.....</i>   | 17        |
| 3.4      | <i>A Educação pós revolução de 1930.....</i>  | 19        |
| 3.5      | <i>Educação Popular e Educação na ditadura militar: contradições e tensões.....</i>   | 21        |
| 3.6      | <i>Educação no processo de democratização na década de 1980.....</i>  | 23        |
| <b>4</b> | <b>CAPÍTULO II: A CONCEPÇÃO ATUAL DA PROPOSTA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO EXPRESSA NA (LDBEN) E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO.....</b> | <b>25</b> |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>30</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>32</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Por ser uma especialização vinculada a uma licenciatura, tem como propósito qualificar Professores de Educação Física para atuação no campo escolar, sendo assim, entende-se que a mesma pode estar atrelada ao processo de formação humana com suas problemáticas e embates. Ademais, existe a necessidade de ampliar o entendimento sobre o tema Educação. Portanto, este trabalho justifica-se pela importância do entendimento histórico relacionado à educação nacional e, principalmente, na necessidade de análises concretas nos atuais direcionamentos presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), para o ensino médio.

Atualmente o Brasil vive uma série de reformulações no meio ideológico, social, econômico e principalmente educacional, sendo este último o foco do nosso estudo. Através desta conjuntura, as propostas educacionais emergem e se tornam confusas. Logo, existe a necessidade de compreensão sobre os objetivos e finalidades que se apresentam nos momentos de transições. Sendo assim, pretende-se compreender as ideias centrais de propostas educacionais para “o novo ensino”. Para tanto, entende-se que é fundamental olhar para o passado e compreender os principais capítulos dessa jornada.

Diante do desafio, tendo em vista as várias concepções de ensino ao longo da história, a descrição dos fatos pretende de forma cronológica e expositiva contextualizar o histórico da Educação Brasileira. Sendo assim, apresentam-se alguns momentos e transformações ocorridas neste cenário.

O cenário histórico desenvolve-se de maneira compilada, a partir de material documental, material exclusivamente relacionado ao processo histórico da Educação Brasileira, focar-se-á no processo histórico, destacando o entendimento sobre a Educação Jesuítica, a família real e processo Educacional, Educação na Revolução de 1930, Educação Pós Revolução de 1930, Educação Popular, Educação na ditadura militar, Educação no processo de democratização na década de 80 e, por fim, sendo este o foco da pesquisa, debruçar-se-á nas ideias centrais da proposta para o ensino médio desenvolvidas na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), expondo o entendimento sobre as categorias cidadania e trabalho.

Munidos dos documentos, referente ao contexto histórico, realizar-se-á uma sistematização cronológica, simultaneamente serão mapeadas e expostas as categorias supracitadas em cada momento recortado. A partir da exposição de momentos que marcaram a formação do cidadão, objetiva-se compreender o processo histórico da Educação Brasileira. Logo, buscar-se-á ampliar o entendimento sobre a discussão atual. Sendo assim, para se alcançar o entendimento contemporâneo da problemática, traçou-se como objetivos específicos: identificar e mapear propostas educacionais, a partir dos recortes históricos; compreender transformações ocorridas na trajetória pesquisada, em relação ao perfil de cidadão proposto; identificar e analisar, frente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as categorias cidadania e trabalho, no que se referem exclusivamente para o ensino médio.

Nas considerações finais, após uma síntese histórica sobre a Educação Brasileira, pretende-se a partir do todo, melhor compreender o que temos de mais valioso. Logo, melhor compreender **Educação**, ao mesmo tempo, ampliar o entendimento sobre o ideário, influências, relevância, finalidades e problemáticas de ser humano e sociedade que se construiu e se constrói a partir do processo educacional.

Compreende-se que com esta pesquisa, abre-se a possibilidade de outros trabalhos nessa perspectiva de análise, com vistas ao fortalecimento e (re)significação de saberes que demarcam a linha de pesquisa que trata de Educação e currículo presente no Curso de Licenciatura em Educação Física, bem como, na Especialização em Educação Física Escolar, da Universidade Estadual da Paraíba.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO**

Este estudo possui um caráter historiográfico e documental de cunho qualitativo. Trivinos (1987, p. 121) traz o entendimento sobre as características de uma pesquisa com traços qualitativos:

Em forma muito ampla podemos dizer que ela "é o estudo da cultura". Uma noção desta natureza, vaga, complexa, geral, serve, não obstante, para obter dela algumas premissas que se consideram básicas na pesquisa etnográfica. A primeira é que existe um mundo cultural que precisa ser conhecido, que se tem interesse em conhecer. Isto pode significar, e de fato na Antropologia foi assim, que, pelo menos, estamos em presença de duas realidades culturais: a que se deseja conhecer e a que é própria do investigador.

Neste sentido, considerando o desenho do estudo, optou-se pela característica historiográfica que segundo Rüsen (2001, p. 94) é compreendida como a narrativa real da história. Sendo assim, segue abaixo tal entendimento:

Existe algo na construção narrativa chamada “história” que não pode ser inventada, pois é previamente dado e tem de ser reconhecido como tal pelos historiadores (...) a interpretação histórica não pode ir além dos contornos da experiência quando tenha por intenção enunciar o que ocorreu no passado.

Ainda sobre as características da pesquisa, temos segundo Fonseca (2002, p. 32) o entendimento sobre pesquisa bibliográfica e documental respectivamente:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

O presente estudo trata-se da seleção de textos científicos e livros, cujo teor em discussão se relaciona com as categorias cidadania e trabalho, dentro dos respectivos fragmentos históricos: Educação Jesuítica; a família real e processo educacional; Educação na Revolução de 1930; Educação Pós Revolução de 1930; Educação Popular; Educação na ditadura militar; Educação no processo de democratização na década de 1980; e por fim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no que se refere ao ensino médio. Todo e qualquer material fora do recorte temporal, que não se relacionam com as categorias explicitadas anteriormente e que não são direcionados para o ensino médio foi excluído. Escolheu-se o supracitado documento, no que se refere ao ensino médio, porque o mesmo deve ou deveria servir de base para as possíveis (re)formulações nas propostas educacionais.

De acordo com a abordagem qualitativa, escolheu-se como estratégia, sistematizar e interpretar os dados coletados a partir do uso da técnica da Análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011, p. 47) é compreendida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A partir de tal estruturação metodológica, pretende-se, identificar, compreender e analisar um embate recente e incerto que norteia a prática pedagógica do Professor Brasileiro, de forma geral, busca-se refletir na formação do cidadão por meio do processo ensino aprendizagem, formação esta direcionada para as categorias supracitadas.

### **3 CAPITULO I: EDUCAÇÃO BRASILEIRA SOB UM ENFOQUE HISTÓRICO, UMA AÇÃO NECESSÁRIA**

Diante do desafio de abordar uma temática tão complexa, contraditória e empolgante, fruto de interesses políticos, ideológicos e principalmente econômicos, é necessário fundamentar a análise a partir de autores que dialogam em meio a esse embate atemporal. Logo, entende-se que é necessário conceituar algumas temáticas que são fatores estruturantes em nossas discussões, dentre as quais, não se deve deixar de expressar o entendimento sobre Educação e Cultura. Sendo assim, Aranha (2006, p. 67) nos possibilita compreender tal relação:

Vimos, até aqui, que a cultura é uma criação humana: ao tentar resolver seus problemas, o ser humano produz os meios para a satisfação de suas necessidades e desejos, transformando o mundo natural e a si mesmo. Por meio do trabalho, instaurações sociais criam modelos de comportamento, instituições e saberes. O aperfeiçoamento dessas atividades, no entanto, só é possível pela transmissão dos conhecimentos adquiridos de uma geração para outra, o que permite a assimilação dos modelos de comportamento valorizados pelo grupo.

Logo, entende-se que cultura e o ato de educar são inseparáveis. Sendo cultura o fim e Educação um processo de transmissão e assimilação que se desenvolve e se modifica de acordo com as necessidades cotidianas. Todavia, é necessário questionar a todo o momento, que Cultura e que Educação é essa? Ao mesmo tempo, julgar como relevante ou não a transmissão dessa cultura por meio da Educação. Somente assim, é possível compreender nossa própria existência, seja essa existência individual ou de um grupo social. Referente a tal entendimento Saviani (2006, p. 4) nos traz:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem que ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isto significa que o homem não nasce homem. Ele se forma homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo.

Ainda sobre existência/significações, Leontiev (1981) *apud* Coletivo de Autores (1992, p. 41) trazem a importância de pensarmos nas significações atreladas ao processo educacional:

As significações não são eleitas pelo homem, elas penetram as relações com as pessoas que formam sua esfera de comunicações reais. Isso quer dizer que o aluno atribui um sentido próprio às atividades que o professor lhe propõe. Mas essas atividades têm uma significação dada socialmente, e nem sempre coincide com a expectativa do aluno.

Logo, aquele indivíduo que fica à margem do entendimento sobre Cultura e Educação, fica desprovido também do que ele é enquanto ser individual e social, não estabelecendo uma identidade autônoma. Deste modo, Mészáros (2005, p.65) nos fala sobre o papel da Educação e nos possibilita ampliar o entendimento com relação ao pensamento anterior:

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para auto-mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica diferente.

Ainda sobre o ato de educar, Saviani (2005, p.13) apresenta o entendimento sobre a finalidade da Educação:

É o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

Não distante dessa problemática, a Educação Física fez e faz parte do processo de formação cidadã, recorreremos de forma sintética ao histórico do referido componente, Segundo entendimento de Martins (2016). **Entre o esporte “na” escola e o esporte “da” escola:** Um diálogo com Francisco Eduardo Caparroz. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12812>> Acesso em: 01/10/2018.

No início do século XX foi marcante na Educação Física escolar os métodos ginásticos e métodos militares, com esses métodos a Educação Física era disciplina meramente prática, o fruto de uma disciplina escolar com esses moldes não oferecia o desenvolvimento do conhecimento científico, percebemos que pouco contribuía para a formação de uma identidade pedagógica. Após o fim do Estado Novo, surgem algumas tendências na tentativa de se firmarem na instituição escola, temos como exemplo o Método da Educação Física Desportiva Generalizada divulgada no Brasil por Auguste Listelo, esta tendência tem grande destaque uma vez que era estimulada por vários países da Europa como elemento predominante da cultura corporal.

Compreende-se a partir do fragmento, uma sintonia entre determinados modelos/métodos de Educação Física com necessidades diversas em cada momento histórico, o questionamento que se levanta é: Qual a finalidade de se formar um cidadão com esses métodos no ambiente escolar? Podemos melhor compreender essa relação segundo entendimento de Martins (2016). **Entre o esporte “na” escola e o esporte “da” escola:** Um diálogo com Francisco Eduardo Caparroz. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12812>> Acesso em: 01/10/2018.

Nessa trajetória é evidente que a Educação Física sofreu forte influência dessas instituições, assumindo e reproduzindo suas práticas, compondo vários modelos de (corpo), primeiro com a instituição médica fomentando um corpo higiênico/eugênico, depois a instituição militar com um corpo dócil e disciplinado e por fim a instituição esportiva, produzindo uma idéia de corpo esportivo, competitivo, acrítico. Esse gene da Educação Física predominou em sua estrutura, expressando-se em todos os ambientes as características das instituições que a formou.

Ora, a partir de tais enfoques pode-se depreender que a Educação deve ter como produto final a transmissão e assimilação da cultura humana. Sendo assim, entende-se que a escola por meio da Educação preocupa-se com a formação de um cidadão com entendimento histórico, consciente, autêntico e impessoal. É a partir de tais inferências que se estrutura a base para se pensar na problemática aqui enfocada.

### 3.1 A Educação Jesuítica

A retrospectiva histórica da Educação Brasileira abrange várias etapas. Todavia, será feito o recorte dos momentos anunciados anteriormente. É necessário entender que o foco neste primeiro momento é expositivo, onde a tentativa é melhor compreender o todo, em um segundo momento, uma vez que o entendimento histórico é importante para analisar e compreender os dias atuais, analisar-se-á o que trata a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), com ênfase no ensino médio.

Iniciando nossa jornada histórica, temos segundo Veiga (2003, p.33) o entendimento que os Jesuítas foram os principais educadores enquanto Brasil Colônia, período este que durou de 1549 a 1759, nesse contexto, optou-se por destacar algumas características do método pedagógico, bem como os objetivos propostos a partir dessa Educação. De acordo com Aranha (2006, p.141) expõe-se os objetivos centrais dos Jesuítas.

A ação sobre os indígenas resumiu-se então em cristianizar e pacificar, tornando-os dóceis para o trabalho nas aldeias. Com os filhos dos colonos, porém, a educação podia se estender além da escola elementar de ler e escrever, o que ocorreu a partir de 1573.

Destaca-se na colocação da autora que a Educação Jesuítica se preocupava com a dominação sobre o povo nativo, uma vez que tinha como estratégia pacificar, “domar” os nativos em suas aldeias. Percebe-se a relação entre colonizar a partir do ato de educar. Ainda sobre a colocação, percebe-se outra característica importante, dois tipos de Educação, uma para os nativos e outra para os filhos dos colonos, isso evidencia finalidades distintas no ato de educar.

Com relação a cristianização, pode-se basear no entendimento de Saviani (2005), pois o mesmo traz ideias sobre as concepções pedagógicas na história da educação brasileira, contudo, destaca-se a concepção tradicional religiosa citada por ele, por ser datada da época em discussão. O autor referenciado afirma que os Jesuítas implantaram vários colégios, a partir do apoio da Coroa Portuguesa e que, em condições favoráveis a Educação religiosa se instalou no Brasil de 1549 até 1759, dada a expulsão dos mesmos, divide o período em duas fases, a primeira liderada por Nóbrega e posteriormente por Anchieta. Referenciamos o entendimento de Saviani (2005). **As concepções pedagógicas na história da Educação Brasileira.** Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_036.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html)>

Acesso em: 23/09/2018.

(...) Essa concepção pedagógica se caracteriza por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. A educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em consequência, o homem deve se empenhar em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural.

Nesse contexto, observa-se a partir da afirmação, que a ação pedagógica dos Jesuítas estava centrada em dogmas religiosos, se utilizando da Educação para atingir a perfeição na vida natural e conseguir ascender a um mundo sobrenatural e idealista. Logo, é uma Educação que não se preocupava com mudanças significativas e necessárias de uma realidade dos nativos, eram objetivos individuais dos Jesuítas e pouca preocupação com o coletivo. Ainda sobre o documento aqui referenciado, apresenta-se a seguir um trecho que traz o principal foco na ação de educar no momento enfatizado:

Como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação.

A partir do exposto, percebe-se a essência de uma Educação Jesuítica, que inspirou e inspira o ideário nas concepções de educar, sendo esta, alcançar objetivos missionários e individuais a partir da catequese, objetivos estes alheios a realidade local e dos interesses dos colonizadores, onde pouco contribuía para a economia local, desenvolvimento de mão de obra e de riquezas, conseqüentemente uma distorção entre o necessário e o feito, isso segundo interesses de Portugal, uma vez que o objetivo central dos colonizadores seria explorar a riqueza local. Logo, mostrou-se como sendo uma educação que pouco contribuía para a formação de um cidadão capacitado e educado para o trabalho e que por isso não gerava retorno material à Portugal. Sendo este, o motivo principal de ter sido combatida. Todavia, essa discussão seguirá no próximo tópico.

### 3.2 A família real e o processo educacional

O segundo momento que se destaca dentro do processo cronológico da jornada histórica sobre a Educação brasileira, refere-se a chegada da família real portuguesa, é necessário conectar o atual momento ao momento anterior, uma vez que um dos motivos da vinda da família real foi a insatisfação do trabalho desenvolvido pelos Jesuítas, pois percebeu-se uma contradição entre interesses, pois, os Jesuítas não estavam satisfazendo às necessidades dos colonizadores. Pode-se referenciar tal afirmação a partir de Pilette (1997, p.168):

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi primeiro ministro de Portugal de 1750 a 1777. Em seu governo tomou várias medidas com vistas a centralizar a administração da colônia, de forma a controlá-la de maneira mais eficiente: suprimiu o sistema de Capitânicas Hereditárias, elevou o Brasil à categoria de vice-reinado, transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro, etc. Em sua administração, entrou em conflito com os Jesuítas, atribuindo-lhes intenção de opor-se ao controle do governo de Portugal.

Com a chegada da família real aconteceram várias modificações em vários segmentos. Segundo Piletti (1997, p.176) com relação a educação percebe-se mudanças específicas e significativas:

Com a vinda da família real Portuguesa para o Brasil (1808) e com a independência (1822), a preocupação fundamental do governo, no que se refere à educação, passou a ser a formação das elites dirigentes do país. Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior.

Segundo transformações ocorridas, tanto do ponto de vista estrutural, logístico, ideológico e econômico é necessário se pensar principalmente em Educação, uma vez que esta é o meio necessário para se atingir as já mencionadas transformações.

É possível reconhecer a partir da passagem acima, que havia segundo interesses da família real, a necessidade de polarizar a sociedade, onde as principais finalidades a partir da Educação eram direcionadas para uma pequena parte da sociedade, sendo esta parte, aquela que teria acesso à Educação e que viria se tornar mais tarde a elite, em contrapartida, não percebe-se segundo o entendimento referenciado, uma preocupação com a formação de base, logo, pouco contribuiu para o processo de formação da cidadania.

Diante do exposto, observa-se um cenário dividido no que se referem a interesses sociais, de um lado cursos secundaristas e superiores, do outro, inexistência de propostas para uma Educação de todos, essas características marcam uma marginalização em referência a educação.

### 3.3 Educação na Revolução de 1930

O terceiro capítulo da jornada à ser considerado, se relaciona com a Educação em um período político conturbado, uma vez que revolução modifica profundamente a forma de pensar e viver de uma sociedade em vários aspectos. Logo, é necessário contextualizar o cenário. Para tanto, referencia-se o entendimento de Romanelli (2010, p.49):

Em outubro de 1930, o governo do presidente Washington Luís era derrubado por um movimento armado que se iniciava ao sul do país e tivera repercussões em vários pontos do território brasileiro. Esse movimento era um dos aspectos assumidos pela crise do desenvolvimento, crise que vinha de longe, acentuando-se nos últimos anos da década de 1920.

Percebe-se segundo o entendimento exposto, mudança conturbada na liderança de um país, crise econômica interna e externa, pode-se pensar também a partir de maneira análoga em desemprego, insatisfação popular, de maneira geral em descontrole social. É nesse cenário que o Brasil passa a ser governado, necessitando

realizar mudanças sociais de forma geral. Todavia, focar-se-á no campo da formação do cidadão e de forma não separável, no campo educacional.

Nesse contexto de várias mudanças a Educação não fica de fora, ao contrário, ela fica no centro de toda problemática, isso se for partilhado conforme o entendimento de Aranha (2006, p. 67) ao dizer que:

Vimos, até aqui, que a cultura é uma criação humana: ao tentar resolver seus problemas, o ser humano produz os meios para a satisfação de suas necessidades e desejos, transformando o mundo natural e a si mesmo. Por meio do trabalho, instaurações sociais criam modelos de comportamento, instituições e saberes. O aperfeiçoamento dessas atividades, no entanto, só é possível pela transmissão dos conhecimentos adquiridos de uma geração para outra, o que permite a assimilação dos modelos de comportamento valorizados pelo grupo.

Ora, se o cenário era de mudanças em vários aspectos sociais ocasionadas por crises internas e externas e por lideranças políticas com nova forma de gerir situações, então a população teria que assimilar tais modificações. Sendo assim, não poderia ser diferente e nem de outra forma, todas as transformações teriam que permear o campo educacional.

Segundo o contexto da revolução, mais o conceito referenciado acima sobre Educação e o entendimento de Veiga, (2012, p.36), ou seja, atrelar as três situações, pode-se melhor compreender os desdobramentos dessa revolução com a Educação:

Na década de 30, a sociedade brasileira sofre profundas transformações, motivadas basicamente pela modificação do modelo socioeconômico. A crise mundial da economia capitalista provoca no Brasil a crise cafeeira, instalando-se o modelo socioeconômico de substituição de importações. Paralelamente, desencadeia-se o movimento de reorganização das forças econômicas e políticas, o que resultou em um conflito: a Revolução de 30, marco comumente empregado para indicar o início de uma nova fase na história da República do Brasil.

Nota-se que as mudanças ocasionadas em diversos segmentos sociais, sendo a principal: mudança no modelo socioeconômico fez-se necessário um novo cidadão. Logo, a intensificação do capitalismo determinou o aparecimento de novas demandas educacionais. Observa-se tal relação a partir do entendimento de Romanelli (2013, p.62)

(...) É que as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de encarar a educação e em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas na relação de produção e sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas.

Em síntese e segundo Piletti (1997), a revolução de 1930 influenciou o sistema educacional criando o Ministério da Educação e secretarias estaduais, com a criação do Ministério ampliaram-se e desenvolveram-se instrumentos destinados a unificar, disciplinar e proporcionar a articulação e integração aos sistemas isolados, estabelecendo relacionamento entre o sistema federal e estadual. Na nova constituinte em 1934 a educação ganhou espaço, onde deveria ser direito de todos, obrigatoriedade da escola primaria integral, gratuidade no ensino primário, assistência aos estudantes necessitados, etc. Nota-se, pois, uma preocupação educacional em relação a uma nova demanda de mão de obra.

### 3.4 A Educação Pós Revolução de 1930

Nesta etapa do trabalho, contextualizar-se-á dois momentos contraditórios no cenário nacional, onde os mesmos refletiram diretamente no cenário educacional e no desenvolvimento da nação. Logo, é necessário pensar de forma não separável em desenvolvimento, trabalho e educação. O primeiro momento tem início em 1937, contextualizar-se-á alguns dos objetivos e ideais a partir do manifesto dos pioneiros, já o segundo focar-se-á no período pós 1937, destaca-se como no momento anterior, ideais e objetivos a serem desenvolvidos por meio da Educação.

Segundo Piletti (1997), um grupo de professores desenvolveu um manifesto que tinha como ideal a reconstrução educacional do Brasil, o referido documento indicava soluções para as problemáticas educacionais da época, a saber: pouca autonomia dos estados e municípios; limitadas ações das escolas e professores; centralização nas tomadas de decisões e principalmente, objetivava atingir a grande parte da população em termos educacionais. Segue abaixo reivindicações do Manifesto segundo o entendimento de Romanelli (2013, p.149):

Começa ele por solicitar uma ação mais objetiva da parte Estado. Para tanto, a primeira grande reivindicação do Manifesto é feita em prol da Escola pública. Sendo, portanto, função do Estado, cabe a este proporcioná-la, de tal forma que nenhuma classe social seja excluída do direito de beneficiar-se dela e ainda de tal forma que ela não constitua privilégio de uns em detrimento de outros, devendo ser ministrada de forma geral, comum e igual.

Verifica-se a preocupação em ofertar uma educação sem distinção a partir da Escola pública, sem diferenças e privilégios ocasionados por oportunidades diferenciadas no campo educacional, onde de forma análoga, ocasionaria no mundo do trabalho em oportunidades distintas. Sendo assim, existe a preocupação em dissolver ou não permitir a manutenção do status social aos que detinham privilégios econômicos. Tal entendimento se confirma ainda segundo Romanelli (2013, p.150) quando o mesmo faz referência ao teor do Manifesto:

Vê-se, pois, que se trata de uma tomada de posição ideológica em face do problema educacional. Reivindicando uma ação firme e objetiva do Estado, no sentido de assegurar escola para todos, contestando a educação como privilegio de classes (...).

O manifesto afirma que a finalidade da educação se define de acordo com a filosofia de cada época. Assim, a educação neste momento estava vinculada diretamente às problemáticas temporais, sendo estas: entendimento dualista sobre educação, de um lado o Estado fomentado praticas educacionais distintas e o manifesto reivindicando uma educação igualitária para todos. Portanto, nesse primeiro momento, entende-se que a discussão da época, exposta pelo documento citado, era desenvolver uma educação para todos, ou seja, era um direito fundamental para a existência e o desenvolvimento humano e principalmente que não fosse instrumento de dominação entre classes.

Nesta segunda etapa pós 1937, contextualiza-se o cenário a partir da implementação do Estado Novo. Segundo Romanelli (2013) se tem uma crise mundial que se desdobra em uma crise nacional, impactando drasticamente vários setores da sociedade. Tal acontecimento ocasionou aglutinamentos de vários segmentos sociais e econômicos, o que fortaleceu segundo Política de Getúlio Vargas, implementada a partir do “Estado Novo” o crescimento da Indústria nacional em detrimento de produção agrícola. Logo, entende-se que diante de um cenário modificado a Educação é cada vez mais vista como fator para indispensável para o “desenvolvimento”.

Diante deste cenário de mudanças destacou-se o ensino técnico profissional, ainda segundo Romanelli (2013), surgem a partir de legislação complementar o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (*SENAI*) e do Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial (*SENAC*), pois o país passava por uma de suas grandes crises e isso ocasionava uma necessidade básica, sendo esta, a preparação da mão de obra para uma nova forma de encarar o desenvolvimento econômico, todavia, não se tinha estrutura para desenvolver consideravelmente material humano para a nova demanda. A ideia foi

recorrer a criação de um sistema paralelo ao sistema oficial, surgindo assim, as referências das instituições, marcando um momento de dualismo no sistema de ensino nacional, uma vez que se tinha dois sistemas de ensino para uma mesma sociedade.

### 3.5 Educação Popular e Educação na ditadura militar: contradições e tensões

Dividiu-se este tópico em dois momentos distintos, o primeiro trata-se da Educação popular que se desenvolveu a partir de 1946 e o segundo momento faz referência a Educação na ditadura militar, buscar-se-á nos dois momentos melhor compreendê-los, tendo em vista o desafio maior, que é entender de maneira histórica o processo de formação cidadã por meio da Educação e extrair deste, os aspectos relacionados ao trabalho e a formação cidadã. Logo, entende-se que é necessário olhar para o cenário geral como alternativa indispensável. Para tanto, referenciamos o entendimento de Romanelli (2013, p.175):

O retorno à normalidade democrática consubstanciou-se na adoção de uma nova constituição, caracterizada pelo espírito liberal e democrático de seus enunciados, como se pode ver, por exemplo, em todo o capítulo III do Título IV, que tratou direitos e garantias individuais e do qual extraímos alguns artigos, parágrafos e itens que nos interessam de perto.

Na passagem anterior, o autor faz referência a Constituição de 1946 e destaca vários artigos relativos aos direitos e garantias individuais, os artigos davam abertura democrática e liberal, foi com essa autonomia que a constituição de 1946 possibilitou a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os teores dos artigos estavam relacionados com a livre manifestação do pensamento sem que dependa de censura, que publicações não dependem de licença do poder público, inviolabilidade e consciência e crença, cultura como dever do Estado, Educação como direito de todos desenvolvida através do lar e da Escola.

Observa-se um momento de ampla autonomia, visto os direitos garantidos em constituição, ou seja, um certo liberalismo ideológico. Percebe-se diante de tal autonomia e segundo Romanelli (2013, p.176) alguns conflitos ideológicos em meio as reformas educacionais, como constata-se a seguir:

Foi, pois, baseado na doutrina da Carta de 1946, que o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da Educação nacional, em 1948, esse projeto dava entrada na Câmara Federal, seguida da mensagem presidencial.

Diante do exposto, compreende-se por analogia que a Educação popular desenvolvida pós 1946 avançou no quesito participação popular, conseqüentemente, avançou a Educação para os populares, tal período foi marcado pelos princípios democráticos, liberdade de expressão, Piletti (1997, p.227) expõe alguns movimentos populares em prol da Educação.

Dando seqüência a discussão, a partir de agora, tratar-se-á do quesito Educação na ditadura militar, tem-se como objetivo compreender o referido momento e a partir disto ampliar o olhar histórico sobre nossa Educação, ou seja, sobre a formação do cidadão. Para tanto, referencia-se o entendimento de Piletti (1997, p.231), ao tratar de uma maneira geral sobre o cenário da época:

A partir de 1964, a Educação Brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passaram a ser vitima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade(...).

É diante deste cenário que se fez Educação no País, tal intervenção deu-se segundo Piletti (1997) como uma alternativa para frear os avanços e conquistas populares alcançadas no momento anterior da trajetória aqui mencionada. Enfim, percebe-se uma série de ações antidemocráticas, pode-se ampliar as análises sobre a decadência de uma nação, em referencia a democracia conforme Piletti (1997, p.232) afirma:

As condições de vida da população continuaram sempre mais precárias: no campo, sem a propriedade da terra, assistência técnica ou condições de sobreviver, milhões de pessoas foram levadas a migrar para cidades; essas, inchadas repentinamente por milhões de novos habitantes, tiveram seus problemas multiplicados (...). Todo esse processo de empobrecimento e marginalização do povo brasileiro ocorreu ao mesmo tempo em que as multinacionais se apoderaram de quase todos os setores da economia nacional.

Evidencia-se uma precarização nas relações de trabalho, uma vez que houveram desapropriações, migração em massa, em consequência das numerosas migrações, desemprego, fome e vários outros fatores relacionados ao caos que se instalou nas relações sociais. Segundo Aranha (2006, p. 296):

Na economia, acentuou-se processo de desnacionalização e conseqüente vinculação ao capitalismo internacional. Se por um lado as multinacionais forma beneficiadas, por outro as pequenas e medias empresas tiveram prejuízos, mais ainda pela recessão, endividamento externo e inflação. Esse modelo econômico, conhecido como “industrialização excludente” garantia o desenvolvimento, mas com distorção, devido ao arrocho salarial e à perversa concentração de renda. A situação adversa não tardou a provocar tensões sociais, sempre sufocadas pela repressão.

No campo educacional, segundo Piletti (1997) houve contenção nos movimentos estudantis; escolas invadidas; prisão de alunos e professores; observação das atividades docente por parte do Serviço Nacional de Informação (SNI). Ainda no aspecto educacional, temos segundo entendimento de Veiga (2012, p. 40) um cenário de crises e articulações de tendências tecnicistas sendo disseminadas:

O período compreendido entre 1960 e 1968 foi marcado pela crise da pedagogia nova e a articulação da tendência tecnicista, assumida pelo grupo militar e tecnocrata. O Pressuposto que embasou essa pedagogia está na neutralidade científica inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Sendo assim, desenhou-se mais um momento de contradições no cenário Nacional, em referência ao que aqui foi desenvolvido, um momento mais democrático representado por ações populares e liberais e outro momento totalitário, antidemocrático e repressor, onde influenciou negativamente vários aspectos da sociedade civil, em referência, o Sistema Educacional com ações anteriormente mencionadas, bem como, relações de trabalho, uma vez que tiveram ações neoliberais, momento este representado pela Ditadura Militar.

### 3.6 Educação no processo de democratização na década de 1980

Nesta etapa, nosso olhar volta-se para um passado recente no cenário Educacional, tendo como meta, melhor compreender o referido momento e avançar para o sombrio momento atual. Para tanto, evidencia-se a mudança de um cenário oposto ao anterior e o quanto a forma de fazer política influência no processo Educacional.

Desvencilhando-se de um momento totalitário, centralizador, ditatorial e repressor para um momento antagônico, ficando conhecido como processo de democratização. A partir dessa mudança de foco, assim como todas as esferas de uma sociedade, era necessário democratizar também a Educação. Para tal entendimento referencia-se Piletti (1997, p.250) quando o mesmo faz referência a democratização da Escola:

O primeiro caminho, indispensável à solução dos problemas que a Educação brasileira enfrenta, é a democratização da própria Escola. Esta democratização está intimamente ligada à da sociedade como um todo. Mas a Escola não pode esperar que a sociedade mude para dar sua contribuição a democracia; assim, na medida em que modifica sua estrutura interna, de forma a possibilitar a todos os seus membros uma participação ativa no planejamento(...).

Percebe-se uma descentralização de autonomia, uma vez que possibilita envolvimento de todos nas tomadas de decisões, essa característica mostra-se como sendo fundamental para o desenvolvimento dos interesses coletivos, uma vez que muitos setores sociais podiam debater. Sendo assim, a Escola a partir dessa lógica estava educando para a cidadania plena, uma vez que fomentava a decisão democrática, onde, segundo Piletti (1997) existia diálogo entre escola, comunidade, professores, alunos, conteúdo, métodos e recursos. Ou seja, um meio favorável para surgimento de novos modelos pedagógicos.

Destaca-se como modelo pedagógico relevante surgido na época, o trabalho desenvolvido por Saviani, intitulado de Pedagogia histórico-crítica. O mesmo aponta para uma pedagogia contra hegemônica, ou seja, uma pedagogia realmente crítica, ativa, transformadora, pode-se melhor compreender tal pedagogia a partir de Saviani (1991, p. 418-419):

(...) a pedagogia histórico-crítica é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela Escola de Vigotski. A educação é entendida como o ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social põe-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí ocorre um método pedagógico que parte da prática social em que o professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e no encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social. Aos momentos intermediários do método cabe identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse).

Assim, acredita-se com essa discussão, que se formula a compreensão do perfil de cidadão almejado na época; ou seja, educado a partir de tais ideais, o mesmo desenvolveria a capacidade de auto-realização a partir do exercício pleno da cidadania.

Vale ressaltar que o entendimento anterior faz referência as pretensões de ser humano e sociedade que era almejada na época e não o que se efetivou, uma vez que a década de 1990 foi marcada pela desconstrução do ideário da década anterior. Todavia, mostrou-se como sendo um momento renovador em meio as ideologias hegemônicas, que no decorrer da história, em referência ao campo educacional brasileiro, pouco se conseguiu contrariar.

## **4 CAPITULO II: A CONCEPÇÃO ATUAL DA PROPOSTA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO EXPRESSA NA (LDBEN) E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO**

Antes de menções dos pensamentos dos autores e análises, é necessário contextualizar o cenário brasileiro de 1990 em relação a educação. Para tanto, apresenta-se a Lei 9.394 de 1996 sancionada, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), fruto de uma nova constituinte, tendo esta constituinte características democráticas com uma proposta essencial: modificar a educação no país. Todavia, desde sua legitimação até os dias atuais, sofreu e sofre modificações em virtude de vários fatores, é nesse sentido que aborda-se o referido documento no presente estudo.

Tratar-se-ão das modificações realizadas no referido documento, destacam-se modificações realizadas no ano de 2008 e de 2017, e tem-se como foco, analisar as possíveis transformações no entendimento sobre cidadania e trabalho ocorridas em relação a ideia inicial, ou seja, que cidadão se pensava em 1996 e que cidadão se pensa em 2017 e com isso compreender que concepção a mesma aponta para as categorias mencionadas em recentes reformulações.

Além da legislação vigente, não poderia faltar nas análises o contexto relacionado ao mundo do trabalho; desta forma, recorreu-se ao entendimento de Veiga (2012, p.45) sobre os anos 90 até os dias atuais:

O mundo contemporâneo é marcado pela hegemonia do projeto neoliberal, consolidando-se no contexto internacional e nacional, dominado pelo pensamento técnico - científico. Acentuam-se e ampliam-se as formas de exclusão social e cultural. É nesse contexto que mudanças profundas ocorrem em todos os espaços sociais, na família, nas empresas, nas instituições educativas.

Veiga (2013, p.45) ainda faz referência as problemáticas que envolvem este cenário, ao dizer que:

A globalização, as novas tecnologias da informação e da comunicação e os processos que desenvolvem estão provocando uma reorganização do trabalho, uma transformação na produção de bens e serviços, nas relações entre as nações e até mesmo na cultura local. O mundo globalizado traz novas regras econômicas de grande impacto social, e isso reflete também sobre a educação.

Entende-se a partir do exposto que mudanças ocasionadas pelo mundo globalizado impactam diretamente na forma de se fazer educação, consequentemente no perfil de cidadão proposto por estas, percebe-se, pois, um cenário de transformações. É nesse cenário de rápidas contradições, entre processo de democratização no fim da década de 80, lei educacional baseada em movimentos renovadores da educação, projeto neoliberal ocasionando mudanças na forma de produção de bens e serviços que passa-se a enfocar e analisar o referido documento.

Diante dessa problemática, é necessário entender em um primeiro momento como é compreendida a educação e o ser na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) desde seu texto inicial, em um segundo momento, que ressalta-se para as categorias cidadania e trabalho em recentes reformulações, tendo em vista as transformações ocorridas. Desta forma, tem-se como intuito, uma comparação entre a ideia inicial, a partir de um texto introdutório e genuíno com um texto que sofreu e sofre (re)formulações de acordo com o contexto. Sendo assim, evidencia-se o entendimento que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) traz sobre educação sem alterações desde sua ideia inicial, quando trata que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Identificou-se diversas instituições sociais influenciando diretamente a educação do cidadão. Todavia, esta educação não é vista como foco da educação exclusivamente escolar. Sobre educação escolar o referido documento faz referência no primeiro e segundo parágrafo:

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias; § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Existe uma preocupação específica no ato de educar, ampliando o entendimento expõe-se o que trata especificamente o segundo artigo da referida Lei:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Posteriormente, no artigo terceiro, podem ser destacados vários princípios, todos fomentando o desenvolvimento integral do cidadão, segue abaixo tais princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
  - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
  - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
  - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - VII - valorização do profissional da educação escolar;
  - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
  - IX - garantia de padrão de qualidade;
  - X - valorização da experiência extra-escolar;
  - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
  - XII - consideração com a diversidade étnico-racial; e
  - XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- (BRASIL, 1996).

Portanto, viu-se que existem finalidades específicas, sendo estas: exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, a observação que se levanta é: “qualificação para o trabalho” e não qualificação para um tipo (específico) de trabalho. Com relação a finalidade temos no capítulo II, referente a Educação Básica, as disposições gerais:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Ao término deste primeiro momento, é possível constatar e analisar a partir de recortes pontuais, a concepção de ser e que se imaginara na época, um ser capaz de desenvolver-se com liberdade, igualdade de condições, acesso e permanência na escola, exercício pleno da cidadania, destaca-se nas análises, “meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, tal característica do texto inicial mostra-se como sendo ponto chave para o entendimento sobre a concepção almejada na época. Ademais, evidencia-se as transformações ocorridas em dois momentos.

Para tanto, seguem reformulações realizadas primeiramente em 2008 a partir da Lei nº 11.741 que inclui a seguinte redação:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, 2008).

Destaca-se no fragmento referenciado a possibilidade de preparação para o desempenho de profissões técnicas dentro do processo de educação básica, ainda sobre educação profissional técnica de nível médio sendo desenvolvida na educação básica, conforme, pode-se observar:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - articulada com o ensino médio (...).

Além disso, o artigo que se segue amplia o entendimento sobre a referida articulação, ao tratar que:

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis (...). Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008).

Seguindo com alterações no referido documento, segue adiante alterações incluídas no ano de 2017 pela Lei 13.415:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional (...).§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput. (BRASIL, 2017).

Evidencia-se a partir do exposto a fragmentação do currículo por áreas e valorização de componentes que dão suporte a formação técnica e profissional. Nota-se uma estruturação em termos logísticos, cujo objetivo central é incorporar ainda dentro da educação básica, o desenvolvimento de mão de obra técnica. Tal característica mostra-se como sendo uma contradição ao que se evidenciou no primeiro momento, pois, entendeu-se a que a educação básica teria como essência, fornecer-lhes meios para

progredir no trabalho e em estudos posteriores e não uma preocupação em desenvolver mão de obra para os setores primários o que verificou-se no inciso V do Artigo em análise.

Logo, entende-se que existe uma preocupação em formar um trabalhador com características específicas, a possibilidade de progredir em estudos posteriores e ascender na vida profissional fica apenas na ideia inicial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pois o que se percebe nas atuais reformulações é uma estruturação didática, metodológica e de conteúdos, que sustentam a ideia de mão de obra qualificada, específica e rapidamente acessível.

Com relação a categoria trabalho, sendo desenvolvida dentro da educação básica, especificamente no ensino médio, a partir de recentes reformulações, mostrou-se como sendo um divisor de águas para o cidadão, pois, entende-se que estas não proporcionam condições de progressão no desempenho de suas atividades, uma vez que se trata de um aprendizado técnico e específico, ou seja, uma preocupação básica em formar um trabalhador técnico e fragmentado quanto ao seu papel no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, os direcionamentos expressos nas recentes reformulações, apontam para uma educação que favorece as exigências imediatas e/ou primárias do mercado de trabalho, visando a formação do cidadão para exercer funções específicas, sendo estas, de reconhecimento inferior em vários aspectos, em consequência desse tipo de formação, percebe-se que tais reformulações, desenvolvem o distanciamento das camadas populares, quando estão à serviço, por meio de direcionamentos educacionais voltados a grupos específicos.

Diante deste cenário histórico, de conflitos e interesses diversos, a Educação Física atualmente insere-se na Escola como componente curricular obrigatório da Educação básica, pode-se constatar tal afirmação a partir do Art. 26, § 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) incluída pela Lei 10.793 de 01 de Dezembro de 2003:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO); VI – que tenha prole (BRASIL 2003).

Diante do exposto, é questionável o entendimento que a referida legislação traz sobre a não obrigatoriedade da Educação Física aos alunos que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, maior de trinta anos e que estejam prestando serviço militar nas condições mencionadas. Isso descaracteriza a importância do referido componente frente a formação cidadã. Ainda sobre as características do referido componente no ambiente escolar, temos segundo Caparroz (2007, p. 53) a ampliação do entendimento sobre a especificidade da Educação Física, o autor faz referência frente a dificuldade de se conceituar Educação Física e aponta possibilidades de mudanças:

Há uma questão presente tanto do primeiro grupo (Educação Física restrita à instituição escolar), como no segundo grupo (Educação Física abrangente) que merece uma atenção especial de nossa parte, que é a forma ambígua com que os autores tratam a questão. Ao discutirem os elementos da Educação Física dentro da escola, sem contudo operar uma crítica de forma que apreendesse tais elementos para dentro da escola, isto é, o fazem apenas pela incorporação dos elementos externos aos internos(...).

Evidencia-se segundo entendimento presente na legislação em discussão, como também no entendimento do autor referenciado acima, uma confusão entre o que é Educação Física e o que deveria ser Educação Física. Diante da problemática, referenciamos o Coletivo de Autores (1992, p. 24), sobre Educação Física que tem como meta o desenvolvimento da capacidade física:

Apoia-se nos fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e, enfaticamente, nos biológicos para educar o homem forte, ágil, apto, empreendedor, que disputa uma situação social privilegiada na sociedade competitiva de livre concorrência: a capitalista. Procura através da educação, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma.

A partir do entendimento exposto, constata-se que: Diante da ambiguidade que a disciplina foi e é tratada no ambiente escolar, a partir dos métodos que predominaram e predominam em muitos casos, sua prática impacta diretamente no processo de formação do cidadão, o tornando em muitas circunstâncias, confuso, questionável e sem relevância frente as necessidades de uma formação crítica, ativa e transformadora de uma realidade pessoal e coletiva.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi possível observar variáveis atemporais no decorrer do processo histórico referente à Educação Brasileira. O referido histórico com as áreas e métodos que a

fundaram, em determinados momentos estavam preocupados com a formação de um indivíduo com perfil inconsciente de sua prática e em outros, tentou-se desenvolver uma Educação mais consciente, onde esta favorecesse o pleno desenvolvimento da cidadania.

Compreende-se que a Educação teve e tem fortes raízes que se relacionam com o mundo do trabalho, mesmo que involuntariamente reproduziram-se historicamente objetivos específicos de grupos dominantes, sendo estes objetivos atingidos também por propostas educacionais.

Percebeu-se no decorrer da história um dualismo entre tendências no campo Educacional Brasileiro, isso fica evidente quando, a partir das análises, compreendeu-se que existia a preocupação em qualificar mão de obra imediata para o mercado de trabalho, isso sem pensar nos aspectos gerais e necessários para formação cidadã, sendo formação cidadã entendida como algo muito complexo e não unilateral, outrora tentou-se por meio da Educação desenvolver um perfil de cidadão mais próximo do desejado por todos, sendo este crítico, reflexivo, analisador e interventor nas problemáticas sociais, ou seja, um cidadão capaz de transformar a realidade coletiva, conseqüentemente sua própria realidade.

Pensando em propostas educacionais, se apresenta na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as reformulações no ensino médio, essas reformulações justificam-se pelas necessidades de reduções das desigualdades, garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento. Quanto à relevância social, propõe-se pensar que projetos de ser humano, educação e sociedade são justificados.

A partir de tais colocações e justificativas para as reformulações no ensino médio, por meio das modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), destacou-se a necessidade de refletir sobre que concepção de formação o documento propõe ao ensino médio, a partir de uma relação com as categorias trabalho e cidadania. Entende-se que, a reformulação da proposta para ensino médio tem por objetivo definir, listar os conhecimentos fundamentais a serem ensinados nas redes de ensino básico bem como guiar o processo de avaliação e formação do cidadão. Todavia, é necessário compreender e posicionar-se frente aos reais objetivos.

Logo, formar um cidadão com características descritas anteriormente, por meio da Educação é necessário não apenas alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar suas práticas, sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os históricos objetivos do cidadão brasileiro, capazes de participar ativamente do

processo de construção de uma sociedade mais homogênea, e não apenas reproduzir inconscientemente objetivos alheios; ou seja, uma sociedade mais igual em vários aspectos, dentro da proposta: que se pense em propostas educacionais que possibilitem a diluição das camadas populares por meio de uma formação básica de qualidade e não de subsistência a partir de um trabalho minimamente reconhecido em vários aspectos.

Entende-se que a formação do currículo sendo proposto de maneira a subsidiar determinada camada social, passa a ser uma imposição dos grupos dominantes aos grupos dominados. Logo, passa a ser entendida no presente estudo, como uma política de formação de ser humano e de sociedade atrelada aos anseios de grupos específicos, sendo estes, grupos corporativistas, cujo objetivo é próprio e bem claro, o ganho de capital por meio do trabalho minimamente reconhecido a partir da qualificação profissional, sendo esta qualificação atingida pela Educação Básica.

Pensar em Educação Básica para o mundo do trabalho, sendo esta Educação superficial, genérica, é privilegiar a minoria e colocar na margem a maioria. Tal perspectiva de educação aponta quase que exclusivamente para uma formação unilateral. Enfim, defende-se a necessidade de uma proposta educacional para além da formação unilateral, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) mostra-se como sendo uma legislação que passou e passa por reformulações, a saber, (2008 e 2017), reformulações estas que caminham para um desmanche de sua idéia inicial.

## **REFERÊNCIAS**

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, F. **A reconstrução educacional do Brasil. Ao povo e ao governo - Manifesto dos pioneiros da Educação Nova**. Rio de Janeiro, 1932.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FREITAS, L. C. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 6ª ed. São Paulo: Papyrus, (coleção magistério formação e trabalho pedagógico), 2003.
- MARTINS, W. T. M. **Entre o esporte “na” escola e o esporte “da” escola: Um diálogo com Francisco Eduardo Caparroz**. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12812>> Acesso em: 01/10/2018.
- MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PILETTI, C.; PILETTI, N. **Filosofia e História da Educação**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- PILETTI, C.; PILETTI, N. **Filosofia e História da Educação**. 15ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- RÜSEN, J. **Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.
- SAVIANI, D. **Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 14ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- \_\_\_\_\_. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. In: ANPEd. Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos, 29, 2006, Caxambu - MG. **Anais da 29ª Reunião da ANPEd**, 2006.
- TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNICAMP. HISTEDBR - **Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**. O método pedagógico dos jesuítas: o "ratio studiorum". Disponível<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_036.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html)>. Acesso em: 23/09/18.
- VEIGA, I. P. A. **Repensando a Didática**. 29ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.